

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 041/2013

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO FEMININO E MASCULINO, SOB MEDIDA, PARA UTILIZAÇÃO COMO UNIFORME DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS.

Razão Social:		
CNPJ N.°		
Endereço:		
E-mail:		
Cidade:	_	
Estado:		
Telefone/Fax		
Pessoa para co	ntato:	
	avés da Comissão de Licitaç pia do instrumento convocató	
Local:	, de	de 2013
Nome:		
Telefone:		
	Assinatura	

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 041/2013 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2013 TIPO: MENOR PREÇO

1 - Preâmbulo

- 1.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAI através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 001/2013 de 02 de janeiro de 2013 torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços do tipo "Menor preço", a qual será processada e julgada de conformidade com os preceitos da Lei Federal no. 8.666, de 21.06.93 e suas posteriores alterações, da Lei Complementar 123/06, sob as seguintes condições:
- 1.2. Recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão em sessão pública e deverão ser entregues no máximo até às 08:00 (oito) horas do dia 09/04/2013.

2 - Objeto da Licitação

- 2.1 O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO FEMININO E MASCULINO, SOB MEDIDA, PARA UTILIZAÇÃO COMO UNIFORME DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS.
- 2.2 A discriminação detalhada dos serviços objeto deste Edital, consta do Termo de Referência (Anexo I), qual faz parte integrante do mesmo.
- 2.3 As especificações constantes da Proposta de Preços, não poderão ser alteradas, podendo o proponente oferecer esclarecimento à Comissão Permanente de Licitação, por meio da carta, que anexará à proposta.
- 2.4 O presente certame obedecerá ao tipo "menor preço" sendo adjudicada por item, a saber:

Item I - Uniforme Feminino Item II - Uniforme Masculino

2.4.1 Serão adjudicadas as empresas que atenderem as especificações da Tomada de preços e apresentarem proposta de preços contendo todas as peças do uniforme.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3 - Das Condições de Participação

- 3.1- Somente poderão apresentar proposta as empresas individuais ou sociais especializadas no ramo pertinente ao objeto e cadastradas no Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal de Naviraí ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento, que deverá ser efetuado junto a esta Câmara Municipal até o 3°. (terceiro) dia anterior a data do recebimento das propostas, vedada a participação de consórcios ou grupos de firmas.
- 3.2 O representante legal da empresa deverá, antes da entrega dos envelopes de documentação e proposta, identificar-se, apresentando ao Presidente da Comissão de Licitação, Carteira de Identidade e Prova de Titularidade da empresa.
- 3.3 Se a empresa enviar representante que não seja sócio faz-se necessário o credenciamento por procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para praticar todos os atos no interesse da mesma junto a quaisquer órgãos públicos, ou ainda, com fins específicos para representação em todos os termos da presente licitação, sem prejuízo do que dispõe o subitem 3.4.
- 3.3.1 Só terão direito de usar a palavra, rubricar, ter acesso à documentação e às propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar a ata, os representantes legais dos concorrentes habilitados para o ato e os membros da Comissão de Licitação.
- 3.3.2 A participação de representante da empresa não credenciado, na forma deste Edital, não implica na inabilitação da mesma, mas impede o representante de discordar ou de se manifestar contra as decisões tomadas pela Comissão, bem como de acesso aos documentos durante a sessão de abertura dos envelopes de Documentação e Proposta.
- 3.4 O credenciamento deverá ser exigido dos portadores antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidos e juntados aos autos.
- 3.5 O não comparecimento de qualquer dos participantes na reunião em que serão recebidos os envelopes de documentação e



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

proposta não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente direito de reclamação de qualquer natureza.

- 3.6 Não será permitida a participação de empresas que tenham sócios que sejam Funcionários da Câmara Municipal de Naviraí.
- 3.7 A participação do licitante a este procedimento licitacional implicará em expressa concordância aos termos deste Edital, ressalvando-se o direito recursal.
- 3.8 Os interessados deverão retirar o Edital junto a Comissão de Licitações da Câmara Municipal de segunda a sexta feira no horário de expediente.
- 4 DATA, HORA, LOCAL E CONDIÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:
- 4.1- No local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, os representantes credenciados das Proponentes deverão entregar, simultaneamente, à Comissão de Licitação, os documentos e as propostas, exigidos no presente Edital, em 02 (dois) envelopes fechados, distintos e numerados de "01" e "02" na forma seguinte:
- 4.1.1 ENVELOPE I HABILITAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO NOME COMPLETO DO LICITANTE TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2013 DATA DE ABERTURA: 09/04/2013 HORÁRIO: 8:00 HORAS
- 4.2 ENVELOPE II PROPOSTA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO NOME COMPLETO DO LICITANTE TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2013 DATA DE ABERTURA: 09/04/2013 HORÁRIO: 08:00 HORAS
- 4.3 Os documentos dos envelopes deverão ser colecionados separadamente, sem folhas soltas, em idioma português, impressos eletronicamente ou datilografados, rubricados e assinados pelo sócio, gerente ou diretor da empresa com identificação comprovada



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

nos termos do sub item 3.2, sem emendas (ex. números sobrepostos), rasuras (ex: uso de corretivo líquido) ou entrelinhas.

4.4 - Os documentos exigidos no envelope 01 - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", deverão ser apresentados em 01 (uma) via, devendo ser em original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada, por Cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitação, no ato público de abertura dos envelopes ou ainda por publicação em órgão de imprensa oficial. Caberá à Comissão de Licitação solicitar, a qualquer momento, os originais para confrontação.

4.5 - Não será aceita documentação remetida via fac-símile.

5 - ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

A documentação do envelope n° 01, com o subtítulo "Documentação de Habilitação" deverá ser apresentado de acordo com o disposto neste edital e conter obrigatoriamente, toda a documentação relacionada nos itens "5.1" ao "5.2.4", sob pena de inabilitação:

5.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - Certificado de Inscrição Cadastral junto a Câmara Municipal, em plena validade comprovando que atendeu a todas às condições exigidas para o cadastramento dentro do interstício legal, ou seja, até o terceiro dia anterior à data de apresentação das propostas;

5.2 - REGULARIDADE FISCAL

- I Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS).
- II Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- III Certidão Conjunta da Divida Ativa da União e Contribuições Federais;
- IV Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- **5.2.1** O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir do regime diferenciado e favorecido disciplinado na Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar a seguinte documentação:
 - I Declaração firmada pelo técnico responsável devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), com reconhecimento de firma, de que a mesma se enquadra nos Termos da Lei 123/06 na condição de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura da licitação.
 - II Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4° do Artigo 3° da Lei Complementar n° 123/06, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura da licitação.
- **5.2.2** Certidões emitidas via internet, somente serão aceitas, se houver a possibilidade de confirmação da veracidade pelo mesmo meio, podendo a comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação, durante o transcorrer da sessão;
- **5.2.3** Declaração da proponente de que conhece e aceita o teor completo do Edital desta Tomada de Preços, ressalvando-se o direito recursal;
- **5.2.4** Declaração, assinada por quem de direito, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo anexo.

6 - ENVELOPE DE PROPOSTA:

6.1 A proposta detalhe deverá ser impressa eletronicamente ou datilografada em (01) uma via, sem emendas, rasuras ou sobrescritos no formulário denominado Proposta de Preços (Anexo deste edital) ou em formulário próprio da empresa (desde que este seja feito nos mesmos padrões contidas no Edital) devendo ser assinada ao seu final e rubricadas as demais folhas, devendo constar:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) indicação da empresa: razão social, endereço completo, número do CNPJ.M.F;
- b) data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa;
- c) número desta Tomada de Preços;
- d) descrição do serviço ofertado;
- e) preços unitários e totais dos serviços, em Reais, sem rasura, com os quais deverão ser escritos sob forma decimal, precedido de vírgula que segue a unidade centavos;
- f) o prazo de validade da proposta (não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da abertura da proposta;)
- 6.1.1 Nos preços deverão estar incluídos todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o serviço.
- 6.1.2 A Proposta que não atender as exigências deste instrumento, bem como a que apresentar preços excessivos ou manifestamente inexequíveis com os preços de mercado, serão desclassificadas.

7 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E PROCESSAMENTO DO CERTAME:

- 7.1 Os envelopes serão recebidos e abertos em sessão pública, o dia e horário fixados no preâmbulo deste instrumento, pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitação;
- 7.2 Antes da abertura dos respectivos envelopes, a Comissão verificará se os mesmos atendem às condições editalícias;
- 7.3 A abertura iniciar-se-á pelos envelopes n° 01 contendo a documentação;
- 7.4 Os conteúdos do Envelope nº 01 serão analisados pelos integrantes da Comissão de Licitação e interessados e, em seguida rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e pelo (s) representante (s) credenciado (s) da (s) empresa (s);
- 7.5 A Comissão julgará inabilitada a empresa que deixar de atender quaisquer dos requisitos constantes no item 5 e seus



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

respectivos subitens, ou atendê-los de forma incompleta ou incorreta;

- 7.6 Aberto o Envelope n° 01, os seus conteúdos serão analisados e após, serão rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e pelo (s) representante (s) credenciado (s) da (s) empresa (s).
- 7.7 Se ocorrer à suspensão da reunião para o julgamento e a mesma não puder ser realizada no dia, será marcada a data da divulgação do resultado pela C.P.L. e publicado no Órgão de Imprensa Oficial para conhecimento de todos os participantes.
- 7.8 Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá a abertura do envelope n.º 02 "Proposta", apenas dos licitantes habilitados, desde que todos os presentes desistam expressamente da interposição de recursos, ou após o decurso do prazo recursal.
- 7.9 A classificação ou desclassificação dos licitantes poderá ser efetuada nesta mesma reunião ou em outra a ser marcada posteriormente, pela Comissão, ou ainda se houver a concordância unânime dos presentes, o resultado, será divulgado através do Órgão de Imprensa, após a devida adjudicação e homologação do Presidente da Câmara Municipal.
- 7.10 No processo de julgamento das propostas, a Comissão desclassificará a licitante que deixar de atender quaisquer requisitos fixados no item "6" do instrumento licitatório.
- 7.11 Além das atribuições mencionadas nos subitens acima, a Comissão poderá ainda:
- 7.11.1 Habilitar os licitantes ou classificar propostas, que contenham omissões ou irregularidades formais, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos a Câmara Municipal ou aos concorrentes;
- 7.11.2 Promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, ficando vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;
- 7.12 Os envelopes contendo as propostas dos licitantes considerados inabilitados serão devolvidos fechados e rubricados



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

pela Comissão, mediante protocolo, depois de julgados todos os recursos interpostos, bem como, exauridos os prazos recursais;

7.13 - Para classificação das propostas e a escolha da mais vantajosa, a Comissão submeterá o resultado à apreciação do Presidente da Câmara Municipal para homologação e adjudicação, para que o procedimento em epígrafe possa surtir efeitos legais e posteriores o resultado será publicado, conforme preceitua a Legislação pertinente.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.1 - O julgamento do mérito será efetuado de conformidade com o que dispõe os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e o Parágrafo 2° do Art. 45 da Lei Federal 8.666/93.

8.2 - Critério de Desempate;

8.2.1 - Para a aplicação dos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, será observado o seguinte:

- a) Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada por esta lei complementar.
- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta de preços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação por parte do Presidente da CPL, sob pena de preclusão.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito
- d) No caso de equivalência de valores apresentador pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto na alínea "b", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "b", o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 8.2.2 Para que o licitante micro empresa ou empresa de pequeno porte utilize o beneficio da Lei Complementar 123/06 no desempate de propostas, o mesmo deverá apresentar junto ao envelope de Habilitação a documentação relacionada no subitem 5.2.1 deste edital.
- 8.3 Em caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas de empresas que não se enquadrem como micro empresa e empresa de pequeno porte, será a licitação decidida por sorteio, nos termos do parágrafo 2° do Artigo 45 da Lei 8.666/93.
- 8.4 Havendo divergências entre os valores unitários e totais, prevalecerá o primeiro, sendo que o total e/ou global será devidamente retificado pela Comissão.

9 - DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÃO:

- 9.1 Os interessados que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação deste Edital ou quaisquer outras a ele relacionados, deverão dirigir-se ao Presidente da Comissão de Licitação em petição escrita, com antecedência mínima de 48:00 horas do horário fixado no preâmbulo deste Edital, sob protocolo desta Câmara, durante o horário de expediente.
- 9.2 As dúvidas que surgirem em qualquer fase do procedimento licitatório serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitação, observados os preceitos legais pertinentes.

10 - DO CONTRATO:

- 10.1 As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Câmara Municipal e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.
- 10.2 A Câmara Municipal convocará formalmente a licitante vencedora para assinar o Contrato, que deverá comparecer dentro do prazo de 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da convocação.
- 10.3 O prazo estipulado no subitem 10.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora,
- AV. BATAGUASSÚ, 900 CX POSTAL 124 FONE: (067) 3409-1300 NAVIRAÍ-MS camara.n@brturbo.com



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Câmara Municipal.

- 10.4 A Câmara Municipal poderá, quando a convocada não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas neste Edital, convidar as demais proponentes classificadas, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 10.5 A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até o limite de 25% do valor inicial do Contrato.

11 - DAS PENALIDADES:

- 11.1 O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o contratado à multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais, garantida prévia defesa:
 - a) de 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, quando o adjudicatário, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida com atraso de até 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido;
 - b) _ de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, quando o adjudicatário, sem justa causa, cumprir com a obrigação assumida, com atraso superior a 30 (trinta) dias do prazo estabelecido.;

Parágrafo único; as multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente.

- 11.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Câmara Municipal de Naviraí poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
 - I Advertência;
 - II Multa;
 - a) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, quando o adjudicatário recusar retirar ou aceitar o instrumento de contrato ou equivalente, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas na forma do art. 81 da Lei 8.666/93;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b) de 10% (dez por cento), sobre o valor dos serviços não realizados, após a rescisão do contrato, por ter o adjudicatário cumprido apenas parcialmente o Contrato;
- c) de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato e cancelamento da Nota de Empenho, quando decorridos 30 (trinta) dias de inadimplemento e caracterizada a recusa ou impossibilidade do adjudicatário em executar os serviços;

Parágrafo único: - a multa prevista na alínea "c" deste item incidirá ainda nos casos em que o adjudicatário, sem motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso.

- III suspensão do direito de participar de licitações com a administração pelo prazo de 02 (dois) anos;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

Parágrafo único: declarar-se inidôneo o adjudicatário que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando a juízo da administração falta grave, revestida de dolo.

- 11.3 As sanções previstas nos incisos III e IV do item 11.2 poderão também ser aplicadas ao adjudicatário que
 - a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
 - c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.2, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e serão aplicadas pela autoridade competente.
- 11.5 As multas poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pelo adjudicatário em agência bancária credenciada para tais fins, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

- 12.1 As despesas decorrentes da execução do presente Edital correrão por conta da Dotação Orçamentária:
- 01 PODER LEGISLATIVO
- 01.01 LEGISLATIVO MUNICIPAL
- 01.01.01 CAMARA MUNICIPAL
- 01.031.0101.10000PERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
- 3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO
- 12.1.1 Fica estimado o preço máximo global de R\$ 13.458,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta e oito reais).

13 - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 13.1 Após homologação da Licitação, o licitante vencedor será notificado para a entrega dos uniformes, no prazo, nas quantidades e especificações constantes no **ANEXO I**, deste Edital;
- 13.1.1 O Licitante deverá entregar os uniformes na sede da Câmara Municipal de Naviraí-MS, no prazo descrito no **ANEXO I**;
- 13.2 Considera-se, para efeito deste tipo de prestação de serviços, que o material, bem como equipamentos, necessários à prestação dos serviços possuam procedência garantida e apresentem qualidade satisfatória;
- 13.2.1 Durante a vigência da prestação do serviço, constituemse obrigações da contratada providenciar, a correção ou a substituição de todo o material utilizado que apresentar qualidade duvidosa ou divergência com as especificações fornecidas, inclusive ajuste que por ventura precisem ser feitos, sem ônus para a administração, em conformidade com o estabelecido neste edital e seus anexos;
- 13.2.2 A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla fiscalização por parte da CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAI, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos quando solicitados e atendendo as reclamações formuladas. A qualidade dos serviços, bem como dos produtos fornecidos será fiscalizada por servidor designado que notificará a contratada quando ocorrer qualquer irregularidade;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 13.3 A garantia do produto será de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrega definitiva e total de todos os uniformes, e durante o período de vigência da garantia, constituem-se obrigações da contratada:
- 13.3.1 Providenciar a correção ou a substituição de todo o produto ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas (incluindo encolhimento, esgarçamento, não preservação da solidez da cor) sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido neste edital e seus anexos;
- 13.3.2 Substituir em 72 (setenta e duas) horas o produto ofertado (inclusive seus acessórios e componentes) que apresentar defeitos de fabricação por produto novo com as mesmas especificações originalmente propostas, a partir da notificação;
- 13.3.3 Decorrido o prazo previsto no item anterior, sem o atendimento devido, fica a contratante autorizada a aplicar as sanções previstas no instrumento contratual;
- 13.3.4 A falta de qualquer material necessário para a confecção/substituição e ou correção das peças não poderá ser alegada como motivo de força maior e, não eximirá a contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos contratados;
- 13.3.5 Excluem-se da garantia os defeitos provocados por mau uso comprovado ou em desacordo com as instruções fornecidas de manuseio, comprováveis por laudo pertinente.
- 13.4 O prazo de validade da Proposta de Preço será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de entrega dos envelopes das Propostas, devendo os preços serem garantidos e inalterados durante esse prazo.
- 13.5 Os serviços deverão ser realizados por pessoas idôneas, sendo responsabilidade da empresa contratada todas as despesas previdenciárias que recair sobre os profissionais contratados para a realização dos serviços.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14 - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

- 14.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em Reais e de conformidade com a aliena "e" do item 6.1.
- 14.2 Caso ocorra a variação nos preços, o contratado deverá solicitar formalmente a CÂMARA MUNICIPAL, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.
- 14.3 Os pagamentos devidos serão efetuados por meio de Ordem Bancária ou Cheque nominal, em até o 30 (trinta) dia após a apresentação da respectiva documentação fiscal.
- 14.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 14.5 A Nota Fiscal/Fatura correspondente será discriminativa, constando o número do contrato a ser firmado.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 15.1 O acolhimento para exame das propostas e a sua classificação, não gera direito adquirido ao autor de qualquer delas na adjudicação do fornecimento que constitui o seu objeto;
- 15.2 O Presidente da Câmara Municipal poderá, até a homologação do procedimento, revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sem direito a indenização ou ressarcimento aos licitantes, ou ainda, proceder a anulação da mesma quando incidir ilegalidade no procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado.
- 15.3 Eventuais impugnações a este Edital somente poderão ser formuladas dentro do prazo constante nos parágrafos 1°. e 2°. do Art. 41, da Lei Federal n. 8.666/93.
- 15.4 Os recursos referentes à habilitação e adjudicação, deverão ser interpostos dentro do prazo previsto no art. 109, da Lei Federal 8.666/93.
- 15.5- A Lei no. 8.666/93 regerá as hipóteses não previstas neste instrumento convocatório.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 15.6 Não será permitido que o proponente faça retificações e cancelamentos de preços ou alterações nas condições estipuladas, uma vez abertas às propostas.
- 15.7 Após a homologação e adjudicação desta licitação, não será permitido ao licitante declarado vencedor, apresentar desistência da proposta, ficando o mesmo, sujeito às penalidades contidas neste Edital e às demais previstas na legislação pertinente.
- 15.8 Caso não haja expediente na Câmara Municipal, no dia fixado para abertura dos envelopes de documentação e proposta, fica automaticamente transferida a data, para o primeiro dia útil.
- 15.9 Complementam este Edital os seguintes anexos:
 - Anexo I Termo de Referência
 - Anexo II Proposta de Preços
 - Anexo III Minuta de Contrato
 - Anexo IV Modelo de Carta de Credenciamento
 - Anexo V Modelo de Declaração de Conhecimento
 - •Anexo VI Modelo de Declaração de Não emprego a menor

Naviraí/MS, 13 de março de 2013

Wagner Nascimento Máximo Antonio

Presidente da CPL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 041/2013 TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2013 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DO PRESENTE EDITAL

1 - DO OBJETO

1.1 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO FEMININO E MASCULINO, SOB MEDIDA, PARA UTILIZAÇÃO COMO UNIFORME DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS.

ITEM I - UNIFORME FEMININO:

Peças	Especificação	Quantidade
Blazer	Padrão alfaiataria, tecido two way ou, base 97% poliéster e 3% elastano, na cor a combinar, borda frontal arredondada, sem bolso, com dois botões na cor do tecido e bordado do brasão do município .	52,00
-	Calça Tecido Two way, base 97% poliéster e 3% elastano, na cor a combinar, em padronagem clássica, cintura normal, com cós tradicional sem passantes, sem bolso, com zíper e botão na cor do tecido. Saia em tecido two way, na cor a combinar, base de 97% poliéster e 3% de elastano, em padronagem clássica, sem bolso, cintura normal, sem cós, com zíper invisível na parte de trás.	52,00
Camisete	Camisete manga longa na cor cinza F, em tecido 50% algodão, 50% poliester misto fiotinto de padrão micro listrado, 114 gramatura/m2, sem bolso, manga longa, com pé de gola interno na cor cinza chumbo, com brasão do município, corte acinturado e abertura frontal com botões na cor do tecido, cor a escolher.	



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ITEM II - UNIFORME MASCULINO:

Peças	Especificação	Quantidade
Camisa	Camisa manga longa na cor cinza F, em tecido 50% algodão, 50% poliester misto fio-tinto de padrão micro listrado, 114 gramatura/m2, com pé de gola interno na cor cinza chumbo, punho da manga com dois botões, carcela com um botão, e colarinho com botão embutido, espaçamento entre os botões de 9 cm, lateral fechada com máquina fechadeira e bolso com bordado do brasão do município.	72,00
Calça	Calça social em tecido 100% poliester, sem prega na cor a combinar, com bolsos a parte lateral e posterior.	72 , 00

Da Amostra:

A empresa deverá entregar junto à proposta de preços, a amostra de um uniforme contendo todas as peças.

Dos Ajustes:

Ficarão a cargo da empresa efetuar os ajustes que se fizerem necessários para que o uniforme esteja em perfeita condição de uso, ficando sob a responsabilidade da CONTRATADA dirigir-se marcar dia e hora para fazer a marcação dos ajustes.

Observações comuns a todas as peças:

- a) Todas as bainhas deverão ser feitas à mão;
- b) As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir que o tecido desfie;
- c) As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, composição, marca da confecção, tamanho do manequim;
- d) As casas dos botões deverão ser feitas de modo a impedir rompimento do tecido, em máquina tipo caseadeira industrial;
- e) Os conjuntos deverão ser embalados com plástico e pendurados em cabides;
- f) Cada conjunto deverá ter um folheto com todas as explicações de lavagem e cuidados com o uniforme. Além da etiqueta interna da peça com a composição e modo de lavar.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Da elaboração da proposta:

Deverá ser fornecido para o ITEM I E ITEM II o preço por peça e total de quantitativos - Feminino e Masculino.

2 - GARANTIA

2.1 - Conforme subitem 13.3 do edital.

3 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - As regras para acompanhamento e fiscalização dos serviços estão dispostas na minuta do Contrato, **ANEXO III** do presente Edital.

4 - PRAZO DE ENTREGA:

4.1 - O prazo de entrega dos uniformes é de 30 (trinta) dias corridos a partir da data da assinatura do contrato.

5 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

5.1 - Conforme disposto no item 13, do presente edital.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAI ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROPOS	STA DE	PREÇO	S	TIPO DE LICITAÇÃO		FOLHA	
				TOMADA DE PREÇOS	1/1		
RAZÃO	SOCIAL:	<u> </u>		CGC:	II	ISC. ESTADUAL:	
ENDER	ENDEREÇO: TELEFONE:						
ITEM.	QUANT	UN		ESPECIFICAÇÃO		VLR MÊS.	VALOR TOTAL
1	52	un	Uniformes Femininos				
2	72	un	Uniformes Masculinos				
TOTAL	GERAL R	\$ -()

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições contidas no Edital da presente Licitação modalidade Tomada de Preços nº 005/2013, bem como verifiquei todas as especificações nele contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de prestação de serviços e documentos que dele fazem parte. Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos,



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

(Local)	., datade 2013
Ne	me e assinatura do responsável/representante da empresa.
140	CPF n°

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013

MINUTA DE CONTRATO N°/2013	
INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL L NAVIRAI E A EMPRES	
I - CONTRATANTES: "CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAI, Pessoa Jurídica d Direito Público Interno, com sede a Av Bataguassú, 900 inscrit no CGC/MF sob o n.º 01.951.250/0001-70, doravante denominad CONTRATANTE, e a empres	a la a
, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida Ruabairrocidade, inscrita no CNPJ/MF ne Inscrição Estadual n, doravante denominad CONTRATADA.	à
II - REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE, o Presidente da Câmar Municipal, Sr. Cicero dos Santos, brasileiro, portador do CPF/MF n. 875.040.731-72 e Cédula de Identidade RG 001.059.77 SSP/MS, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Jean Carlo N. R. Silva, nº 238, centro e a CONTRATADA, o Sr, brasileiro, casado portador do CPF/M, brasileiro, casado portador do CPF/M, e Cédula de Identidade R, residente e domiciliado nest cidade, a Rua, residente e domiciliado nest cidade, a Rua,	10 '4 '. IF
III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado e decorrência da autorização do Sr. Cícero dos Santos, Presidente o Câmara Municipal, exarada em despacho constante do Process Administrativo n.º 041/2013, gerado pela Tomada de Preços n. 005/2013, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, com se nele estivesse contido.	la o o

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei 8.666/93, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Contrato a Seleção e AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO FEMININO E MASCULINO, SOB MEDIDA, PARA UTILIZAÇÃO COMO UNIFORME DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O presente contrato será executado por administração indireta, conforme dispõe inciso VIII, do art. 6°, da Lei Federal n.° 8.666/93 e alterações;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

- 3.1 Constitui obrigações do **CONTRATANTE** além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:
 - a) Cumprir com pontualidade todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
 - b) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato, ou qualquer outra duvida relativa a execução do objeto da licitação;
 - c) Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência legal, sobre multas, penalidades ou quaisquer débitos incidentes de sua responsabilidade;
 - d) Disponibilizar todas as informações necessárias para a execução dos serviços
- 3.2 Constitui obrigações da **CONTRATADA** além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:
 - a) Executar os serviços objeto deste CONTRATO de acordo com as especificações e/ou normas exigidas pela CONTRATANTE;
 - b) Assumir a responsabilidade e arcar com o ônus dos tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o serviço, inclusive encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários incidentes sobre o objeto da contratação;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- h) Realizar, com seus próprios recursos e/ou mediante a contratação de terceiros, todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE;
- k) Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação;
- l) Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste CONTRATO;
- m) O Licitante deverá entregar os uniformes na sede da Câmara Municipal de Naviraí-MS, no prazo descrito no **ANEXO I do Edital**;
- n) Usar exclusivamente material, bem como equipamentos, que possuam procedência garantida e apresentem qualidade satisfatória;
- o) Providenciar a correção ou a substituição de todo o produto ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas (incluindo encolhimento, esgarçamento, não preservação da solidez da cor) sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido neste edital e seus anexos;
- p) Substituir em 72 (setenta e duas) horas o produto ofertado (inclusive seus acessórios e componentes) que apresentar defeitos de fabricação por produto novo com as mesmas especificações originalmente propostas, a partir da notificação;
- q) Executar os serviços objeto deste CONTRATO de acordo com as especificações e/ou normas exigidas pela CONTRATANTE;
- r) Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do CONTRATO de acordo com art. 65, Inciso II, \$ 1° da Lei Federal n.° 8.666/93.
- s) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem a este contrato;
- t) Aplicar-se-á em todos os casos, os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e Alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1.	0	valor	global	do	fornecimento,	ora	contratado	é	de	R\$
			(.),	f.	ixo	е
irrea	jusi	tável.								

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- **4.2.** No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída.
- **4.3.** Caso ocorra à variação nos preços, o contrato deverá solicitar formalmente a CÂMARA MUNICIPAL, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.
- **4.4.** Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados por meio de Ordem Bancária ou Cheque Nominal, em até 30 (trinta) dia após a apresentação da respectiva documentação fiscal.
- **4.5.** Em caso de devolução da Nota/Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua representação.
- **4.6.** As notas Fiscais/Fatura correspondentes, serão discriminativas, constando o número do contrato.
- **4.7.** O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com INSS e com o FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. O prazo de execução do contrato será de 60 (sessenta) dias para, contados da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉXTA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

- 6.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão á conta da Dotação Orçamentária:
- 01 PODER LEGISLATIVO
- 01.01 LEGISLATIVO MUNICIPAL
- 01.01.01 CAMARA MUNICIPAL
- 01.031.0101.10000PERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
- 3.3.90.30.00.0000 MATERIAL DE CONSUMO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumida, garantida a prévia e ampla defesa além do contraditório a Câmara Municipal poderá aplicar a contratada as seguintes sanções:
 - I Advertência;
 - II Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o
 valor do serviço expressamente solicitada;
 - a) As multas previstas neste item serão calculadas considerandose os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento;
 - b) No caso de multa moratória constante neste item, será observado o limite mínimo de R\$ 10,00 (dez reais), para a sua cobrança;
 - III Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço solicitado, caso haja recusa na execução, independentemente de multa moratória.
 - IV Pela recusa da adjudicatária em assinar o instrumento formalizador da avença contratual decorrente nesta licitação, este ficará sujeito ao pagamento de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, com exceção de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
 - V Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - VI Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir aos cofres públicos pelos prejuízos resultantes e após decorridos o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 7.2 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido em Agência Bancária devidamente credenciada, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, após a respectiva notificação.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 8.1 A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 8.2 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.
- 8.3- Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 78 da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações:
 - a) O não cumprimento de clausulas contratuais, especificações e prazos;
 - b) A lentidão do seu cumprimento levando a Presidência da Câmara Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;
 - c) O atraso injustificado na execução dos serviços solicitados;
 - d) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - e) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1.	0	presente	Contrato	vigorará	do	dia	/	/	2013	à
/		/								

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Será responsável por fiscalizar a execução do presente contrato o servidor, cargo......

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Naviraí Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir questões oriundas deste Contrato.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lida e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

contratantes,	na presença	n de duas tes	stemunhas.	
		NAVIRAÍ-MS,_	de	de 2.013.
	Presider	nte da Câmara Contratant		
		Nome Contratada	3	
Testemunhas:				
Nome:				
CPF:				
Nome: CPF:				



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013

MODELO DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

	Pela	presente	÷,	autor	izamos	0		(a)	sr
(a)				po	ortado	r c	lo	RG	п°
		expedido [pela	SSP/		a	repre	senta	r a
empresa				junto	a Cá	àmara	Mun	icipa:	l de
Naviraí-MS, na	lici	tação acima	desc	rita,	para	trata	r de	todo	s os
assuntos de r	nosso	interesse,	inclu	ısive	retira	ar do	cument	tos,	opor
assinatura que	implic	quem em respo	nsabi	lidade	s.				
		cidade,	de	Э				de 2.	.013.
Assinatur	a do I	Responsável d	c/ Rec	onheci	mento	de fir	ma		
		Cari	mbo da	o CNPJ					



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), CNPJ N°....., sediada

		(endereç	0	cor	nplet	o)			, Di	ECLARA
EXPRESSAM	ENTE	que	conhec	e e	acei	ta o	teor	completo	do	Edital	desta
Tomada de	Preç	os,	ressalv	ando	o-se o	dire	eito re	ecursal.			
				0 1							
		n	ome e n	ı da	a iden	tidac	ie do d	declarante			
			(repre	esen	tante	lega	l da e	mpresa)			



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGOS DE MENOR

A empresa					_
inscrita	no		CNPJ	por inter	n° médio de
-	resentante	legal		(a))	
	porta e e isposto no inci acrescido pela nor de 18 ano	dor (a) da do CPF n° so V do art. Lei 9.854, do s (dezoito)	Carteira 27 da Le. e 27 de out anos em	de Identi , i 8.666, d tubro de 1 trabalho	dade n° DECLARA, de 21 de 999, que
Ressalva (condição de apr		r a partir do	os 14 (quat	orze) anos	, na
(Observação: em	caso afirmativo	o, assinalar	a ressalva	acima).	
Local e data	de			de	2013
	Assinatur	a e carimbo d	do CNPJ		-